

**LIBERDADE CONSENTIDA (OU NÃO) DE FREIRAS BRASILEIRAS:
IMIGRANTES, NEGRAS E NORDESTINAS**

Maria Aparecida Corrêa Custódio
Universidade Federal do Maranhão (campus Imperatriz)

INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1950-1970, uma onda de busca de renovação despertou a Igreja Católica e as congregações religiosas em geral (femininas e masculinas), trazendo interpelações e muitas inovações. O ponto culminante desses processos foi o Concílio Vaticano II (1962-1965), que tinha dois objetivos principais: assegurar a atualização da Igreja diante do mundo moderno, que passava por um momento de grande reviravolta político-cultural após a II Guerra, e preparar a unidade cristã do catolicismo e seu diálogo com diversas religiões cristãs e não cristãs.

Na América Latina, o Concílio sancionou práticas de reorganização institucional que vinham sendo tomadas com a criação de organizações eclesiais muito relevantes como o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em 1955, e a Conferência Latino-Americana de Religiosos (CLAR), em 1959 – no caso do Brasil, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. Todos esses organismos foram muito importantes para o aprofundamento das diretrizes do Concílio na Igreja latino-americana, com destaque para a discussão dos documentos e conclusões conciliares.

Outro grande marco foi a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín (Colômbia), no ano de 1968, a qual leu as diretrizes do Concílio à luz da realidade latino-americana, chamando a atenção sobre a maioria esmagadora de pobres que habitava o continente e estava à margem dos direitos humanos e sociais, no contexto dos repressivos regimes militares e de uma sociedade altamente excludente e desigual. Nasceu daí a “opção preferencial pelos pobres”, que passou a influenciar os rumos políticos de muitas instituições católicas do período, tornando-se o fio condutor da missão da Igreja na América Latina (Beozzo, 2008, pp. 1-21).

Transcorridos 11 anos, a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Puebla (México), reafirmou a “opção preferencial pelos pobres”, mas discutiu

outros temas articulados à exclusão social, tais como o desafio de evangelizar os povos afro-americanos, indígenas e mestiços. Entretanto, Puebla foi tímida em relação aos povos negros e indígenas (Beozzo; Costa; Santo; Silva, 2009, pp. 359-361). Mesmo assim, a conferência de Puebla instalou “uma tensão interna às preocupações com a evangelização das coletividades portadoras de culturas distintas”, embora, à época, carecesse de vocabulário e categorias adequadas para formular essa temática (Rufino, 2006, p. 255).

No Brasil, as diretrizes emanadas dessas conferências permearam os trabalhos sociopolíticos e missionários realizados sobretudo nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que constituíram uma nova metodologia para inserir a Igreja nos meios mais pobres. Vale destacar que esses espaços privilegiados de execução das diretrizes eclesiais, em especial a opção pelos pobres, eram ocupados majoritariamente por mulheres, tanto nas linhas de frente como nos bastidores. No tocante às religiosas, elas não somente se inseriram fisicamente nas comunidades de base, saindo dos casarões e indo morar nos bairros populares, como também exerceram um notável e quase invisível sacerdócio feminino nas sombras da eclesialidade. Nessa linha, este artigo analisa três congregações brasileiras, sendo duas do eixo Sul/Sudeste (Irmãs da Imaculada Conceição e Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado) e uma do eixo Norte/Nordeste (Irmãs Missionárias Capuchinhas). O eixo Sul e Sudeste corresponde, respectivamente, aos estados de: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul (região Sul); São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (região Sudeste). O eixo Norte e Nordeste corresponde, respectivamente, aos estados de: Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins (região Norte); Maranhão, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (região Nordeste).

Os dados que geraram este ensaio foram produzidos em pesquisas realizadas no Arquivo Histórico da Província Imaculada Conceição (PIC), a primeira província criada pela Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição (CIIC) em São Paulo¹; biblioteca da Casa Geral das Irmãs Missionárias Capuchinhas, que está localizada em Fortaleza (CE); e, para o estudo da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (CIMJC), foi utilizada a história das irmãs negras, escritas por elas mesmas e com abundantes depoimentos disseminados ao longo da obra (Beozzo *et al.*, citados). Observamos que um pano de fundo

¹ A Província Imaculada Conceição foi criada em 1957 e recentemente redimensionada e renomeada Província Nossa Senhora Aparecida. A documentação investigada no arquivo da antiga PIC reúne uma série de materiais, entre os quais se destacam as entrevistas que foram feitas pelas próprias historiadoras da província, datilografadas e reunidas em diversas caixas, que armazenam também extratos de diários das comunidades religiosas referentes aos anos de 1957-1987. Neste artigo, os materiais citados são intitulados e abreviados como HC PIC - Histórico das Comunidades da Província Imaculada Conceição, sendo identificadas a casa/fundação e a entrevista.

comum entre essas congregações é sua inusitada origem histórica: todas elas atenderam às demandas da sociedade brasileira na época em que foram fundadas; e todas agregaram mulheres em sua maioria oriundas da classe popular.

As primeiras Irmãzinhas da Imaculada Conceição (IIC) eram imigrantes italianas ou filhas de camponeses que lutaram muito para sobreviver e melhorar de vida nas pequenas propriedades de colonização no Sul do Brasil. A fundadora dessa congregação, madre Paulina, é uma figura típica de camponesa resiliente, que enfrentou todo tipo de obstáculo e preconceito por sua condição social e parca formação intelectual para criar uma congregação brasileira, em 1890, no sertão de Santa Catarina, se expandindo em seguida para São Paulo (Custódio, 2014, pp. 173-222). Admirável é que essa congregação iniciou seus trabalhos para atender às demandas sociais das pequenas colônias de imigrantes italianos e ainda hoje continua a centrar sua missão nos meios populares e a receber suas candidatas majoritariamente desses lugares.

As Irmãs Missionárias Capuchinhas (IMC) têm sua origem relacionada à missão indígena dos capuchinhos italianos nos estados do Maranhão e Pará, na virada dos séculos 19 e 20. As fundadoras da congregação eram leigas franciscanas do Ceará. Entre elas, uma era negra, fato surpreendente em um período de forte discriminação racial na Igreja e na sociedade brasileira. Elas iniciaram sua missão no Pará, em 1904, assumindo a gestão e magistério em escolas-internatos para meninas índias de duas colônias dirigidas pelos capuchinhos. A primeira expansão interestadual ocorreu em 1910 para o interior do Maranhão (Custódio, 2018, pp. 200-225). Na atualidade, elas mantêm muitas sucursais no Maranhão e a maioria de seu efetivo continua sendo proveniente dos estados do Norte e Nordeste.

As Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (IMJC), surgidas em Campinas (SP), em 1928, são pioneiras, no Brasil, na iniciativa de receber mulheres negras, porém, as destinavam a compor a “classe das irmãs oblatas” (uma espécie de serviçais e prestadoras de serviços manuais e domésticos) junto com moças pardas e brancas que não eram escolarizadas, prática comum das congregações religiosas e abolida somente depois do Concílio. A questão é que na CIMJC essa prática gerou uma divisão de classe e raça que se estendeu até 1965, quando, na esteira do Concílio, a congregação optaria pela “unificação das classes de irmãs”, extinguindo as oblatas e o tratamento diferenciado para as “irmãs coristas” (brancas) em detrimento das irmãs negras (Beozzo *et al.*, 2009, pp. 275-339)². Na atualidade, a Congregação das Irmãs

² A CIMJC chamava de “coristas” as irmãs que realizavam trabalhos de inteligência e apostolado, e que ocupavam cargos de direção, geralmente mulheres instruídas e brancas. E as irmãs oblatas eram aquelas que realizavam trabalhos internos e domésticos, geralmente mulheres com pouca instrução (no caso das brancas), pardas e negras independente do grau de instrução.

Missionárias de Jesus Crucificado reúne uma significativa parcela de mulheres negras. Vale comentar que, com a unificação das classes de irmãs e com toda a renovação trazida pelo Concílio, essa congregação sofreu uma cisão: o grupo mais alinhado com o Concílio continuou na Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (objeto deste artigo) e o grupo mais alinhado com o tradicionalismo e conservadorismo fundou o instituto das Missionárias do Coração de Jesus Crucificado.

LIBERTAÇÃO, INSERÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

No âmbito interno e cotidiano das congregações analisadas, as inovações trazidas pelo Concílio implicaram no fim do silêncio rigoroso, das leituras comunitárias durante as refeições, dos relacionamentos interpessoais formais e distanciados entre elas e até mesmo com a família consanguínea, caindo por terra aquela mentalidade de preservar-se e fugir do mundo e das pessoas leigas, especialmente do sexo masculino.

Elas passaram a ter mais liberdade para sair de casa, inclusive sozinhas, para se relacionar com pessoas de fora de sua comunidade religiosa e com a própria família e, por incrível que pareça (no caso das irmãzinhas), puderam receber cartas livremente (antes do Concílio só podiam receber três ou quatro cartas por ano, no máximo). Diz uma delas que: “Começamos a frequentar a praia de vez em quando; foi concedida licença para termos férias de oito dias com os familiares.” (HCPIC, fundação n. 4, fl. 21, entrevista 44)

As Irmãzinhas da Imaculada Conceição contam (e isso vale para todas) que houve mais naturalidade na vida do dia a dia com a simplificação do hábito religioso, eliminação da exigência de usar um único tipo de sapato e tantas outras coisas que podem ser compreendidas como a apropriação de um novo “habitus” isto é, um princípio de produção que pode ser observado do *opus operatum* ao *modus operandi*. Trata-se, portanto, de um sistema de disposições duráveis, estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos e predispostas a funcionar como um princípio gerador e estruturador das práticas e das representações (Bourdieu, 2017, pp. 162-166).

Sejam as irmãzinhas, sejam as capuchinhas, sejam as missionárias de Jesus Crucificado, vai se delineando entre elas uma nova compreensão do que seja ser religiosa – sobretudo – a partir de novas práticas pastorais e da inserção no meio dos pobres. De fato, o contato com as classes populares, o acesso a novas análises sociais, as contribuições trazidas pela teologia da libertação, o trabalho pastoral de tempo integral e remunerado, a mudança de

lugar social/geográfico, propiciaram transformações na visão de mundo e de Igreja dessas mulheres.

Sem dúvida, podemos afirmar que a investigação das três congregações permite vislumbrar que, no Brasil e em toda a América Latina, foram as religiosas inseridas que contribuíram com a recepção, consolidação e divulgação das orientações teológicas de linha libertadora emanadas especialmente da Conferência de Medellín. Desse modo, elas protagonizaram o debate político e a articulação das CEBs, que, por sua vez, apoiavam os movimentos sociais das décadas de 1970-1990, com ênfase para o Movimento dos Sem Terra (MST) e/ou Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Todo o trabalho das irmãs era feito segundo a linha da pastoral da Diocese de São Mateus [Espírito Santo – região Sudeste], onde estávamos engajadas. Esta visava evangelizar todos os paroquianos, levando-os à conscientização sociopolítica, num compromisso de transformação das estruturas. (HCPIC, fundação n. 206, fl. 3 (verso), entrevista 3)

Lutávamos pela abertura e conscientização do povo para o sociopolítico. Lutávamos para que o povo unisse a fé à vida. Foram feitas várias caminhadas e romarias da terra com grande participação de todos. (HCPIC, fundação n. 242, fls. 10 (verso) e 11, entrevista 7)

No caso da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, a meta era priorizar o meio rural e a periferia de grandes centros urbanos, atingindo favelados, operários e marginalizados. Curiosamente, os princípios utópicos eram testemunhar a pobreza na fachada das casas, móveis, vestuário e viagens, auxiliar as famílias pobres das próprias freiras e compartilhar com os pobres os bens da Congregação (HCPIC, Livro de Relatórios, 1979, p. 21). Evidentemente que tratava-se mais de uma perspectiva utópica do que propriamente uma reforma imobiliária ou de qualquer outra natureza, embora os casarões tenham sido trocados por moradias mais modestas como mostram as Fotos 1 e 2, que focalizam o hall de entrada e a capela das irmãs na antiga casa inserida de Embu das Artes (SP), criada em 1988 e extinta em 1994.



Fotos da autora.

No caso da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, conforme se constatou em pesquisa anterior, em meio aos apelos eclesiológicos do Concílio e da Conferência de Medellín,

Foi realizado novo Capítulo Geral (1971), o qual determinou mudanças mais efetivas: permissão para o uso facultativo do traje civil a fim de aproximar mais as religiosas do povo e evitar distanciamentos e distinções; liberdade para residirem em casas comuns, isto é, fora das instituições de trabalho (antes disso elas residiam, por exemplo, em apartamentos ou casas anexos a hospitais e escolas); setorização das atividades missionárias; e autorização para iniciarem a experiência de viver em “pequenas fraternidades” (casas/comunidades de freiras) inseridas em bairros e periferias. (Custódio, 2017, pp. 189-190)

No caso das irmãs negras da Congregação de Jesus Crucificado, elas também se apropriaram das diretrizes eclesiais para seus próprios processos emancipatórios, pois além de lutarem pelo fim da divisão de classe e raça na congregação, criaram uma instância de discussão da negritude e engajaram-se no Movimento Negro, na esteira da Igreja Católica no Brasil que, ao se preparar para a conferência de Puebla, fez uma revisão histórica da evangelização dos negros e indígenas.

Um dos resultados dessa revisão foi a organização de negros e negras dentro da Igreja, a partir de 1981, autodenominados “Grupo de União e Consciência Negra”, mas nomeados “Pastoral dos Negros”. Irmã Maria Raimunda R. Costa (MJC) participou desde a primeira hora desse movimento, atuou na primeira coordenação da Pastoral dos Negros da Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB (1998-2002) e foi uma das idealizadoras dos “encontros nacionais de irmãs negras” da CIMJC. Os relatórios desses encontros evidenciam um crescente despertar para a relevância da afirmação da identidade negra das IMJC e consolidação da igualdade entre irmãs negras e brancas (Beozzo *et al.*, 2009, pp. 359-494).

Notável é que o engajamento social e pastoral representou para as irmãs negras uma ocasião de reapropriação do sentido e significado de serem missionárias, ideal que as motivara para ingressar em uma congregação religiosa, mas que fora frustrado pelo sistema discriminatório ao qual foram submetidas. Já as irmãs negras que, após a abolição da classe de oblatas, permaneceram em “casas grandes”, pensionatos, colégios, asilos, seminários, hospitais, orfanatos – “instituições totais” nos termos de Goffman (2017)³ – não tiveram a mesma experiência das irmãs negras inseridas nos meios populares.

³ As “instituições totais” são estabelecimentos sociais em que um grupo de indivíduos sem vínculos de parentesco reside, trabalha e pratica um série de atividades lúdicas, religiosas e outras sob uma única autoridade e regulamento. Goffman (2017, p. 17) classifica as instituições totais em cinco agrupamentos, entre os quais as instituições religiosas (abadias, mosteiros, conventos e outros claustros). Tratam-se de “estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução”.

Muitas *ex-oblatas* contam que esse período de transição representou uma sobrecarga de trabalho, pois acrescentaram ao trabalho doméstico, que já faziam, o tempo para o estudo e para a pastoral, sem que fossem muitas vezes aliviadas nos horários ou nas tarefas rotineiras. Outras se queixaram de que nas casas maiores era difícil que as *missionárias coristas* assumissem para valer o trabalho da casa, dividindo com as *ex-oblatas* o pesado fardo da limpeza, cozinha, lavanderia, portaria etc. (Beozzo *et al.*, 2009, p. 348, grifos nossos)

De qualquer forma, como afirma um testemunho sobre o engajamento social das irmãs negras,

[...] elas fizeram opção pelos pobres brasileiros e especialmente pelos (as) negros (as) deste país, organizando encontro, inserindo na sociedade, resgatando suas histórias. Com esses movimentos, muitas mulheres, homens, jovens e crianças resgataram sua autoestima, reconstruíram seus potenciais e reaprenderam a primarem pela *vida*. (Beozzo *et al.*, 2009, p. 223, grifos dos autores)

Em outras palavras, a vida religiosa inserida negra representou um ganho também para o povo negro: “Havia muitos negros que diziam: _ Agora estamos com as nossas. Eles se sentiam em casa conosco” (Beozzo *et al.*, 2009, p. 186).

Em termos institucionais, as congregações femininas brasileiras expandiram notavelmente seus trabalhos nos meios populares. Entre as décadas de 1960 e 1980, a província paulista da Congregação das Irmãzinhas da Imculada Conceição, por exemplo, fundou nove comunidades inseridas em meios populares, respectivamente oito no Sudeste do Brasil e uma em Vallenar, no Chile. Somando todas as províncias da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, verifica-se que no mesmo período foram fundadas 25 comunidades inseridas em meios populares: 19 no Brasil, duas na Argentina, duas na Nicarágua, uma no Chile e uma no Chade (Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, 1990, pp. 249-399).

Por sua vez, a congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, ao tratar da sua “expansão missionária”, cita a fundação de casas de inserção popular chamadas de “pequena

fraternidade”. Entre 1972 a 1982 foram fundadas 11 “pequenas fraternidades”, todas no Nordeste do Brasil: seis no Maranhão, três no Ceará, uma em Alagoas e uma na Paraíba (Castilho, 2004, pp. 164 e 172)⁴.

Quadro 1 – Abertura De Comunidades Inseridas Em Meios Populares (CIIC e CIMC)

Período	Congregação	Quantidade	Países
1965-1989	Irmãzinhas da Imaculada Conceição	25	Argentina, Brasil, Chade, Chile e Nicarágua
1972-1982	Irmãs Missionárias Capuchinhas	11	Brasil

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (1990, pp. 249-399); Castilho (2004, pp. 164 e 172).

Observamos que a província paulista da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição concentrou sua inserção em estados do Sudeste brasileiro e somente na década de 1990 atingiu o Norte do país, se estabelecendo nos estados de Roraima e Amazonas. Podemos conjecturar que essa província (oriunda de uma congregação fundada por italianas e imigrantes) percorreu a mesma rota de congregações estrangeiras no Brasil. Conforme o mapeamento elaborado pelo Grupo Focus/Fe-Unicamp (2019), ao longo do século 20 houve uma circulação de freiras de congregações estrangeiras do Sul/Sudeste para o Norte/Nordeste, em uma clara prioridade pelos centros mais populosos, urbanizados e desenvolvidos em sua fase de instalação no Brasil, seguida de uma expansão missionária tardia para os lugares mais distantes do eixo político, econômico, cultural e religioso.

Ao contrário, as capuchinhas, genuinamente brasileiras, fizeram do Norte/Nordeste seu eixo de articulação, expandindo-se sobretudo para os estados nordestinos, com ênfase para Maranhão e Ceará que até hoje abrigam uma série de sucursais importantes para a manutenção financeira da congregação e recrutamento de mão de obra religiosa. As capuchinhas demonstram assim uma plena identificação de seu empreendimento com a origem étnica e social de suas congregadas.

⁴ Vale destacar que não foi possível levantar os dados da Congregação de Jesus Crucificado, mas pelos depoimentos das irmãs negras sabe-se que “comunidades missionárias” (assim chamadas por elas) existiram em quase todos os estados brasileiros e na América Latina. Além disso, o site oficial da congregação (Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, 2019) cita como marco histórico a comunidade inserida de Nísia Floresta (RN), a primeira “paróquia sem padre” assumida pelas missionárias.

Porém, essa congregação, circunscrita ao Norte e Nordeste brasileiros, demorou mais para se internacionalizar e até hoje é tímida nesse aspecto. As primeiras iniciativas surgiram em 1992, quando uma capuchinha foi enviada a Moçambique para participar de um projeto intercongregacional que, em 1994, passou a ser um projeto capuchinho. Nessa iniciação à circulação internacional, as capuchinhas foram auxiliadas justamente pelas Irmãzinhas da Imaculada Conceição e Missionárias de Jesus Crucificado, demonstrando a articulação política existente entre congregações femininas brasileiras de estilo missionário e popular (Castilho, 2004, pp. 218-219).

Na atualidade, as três congregações brasileiras mantêm casas/comunidades inseridas na América Latina e na África, sendo que a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição preserva a casa paterna de sua fundadora, na cidade de Vigolo Vattaro (Itália); e a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas mantém comunidade em Assis (Itália), lugar simbólico relevante para sua espiritualidade de origem franciscana.

Quadro 2 – Internacionalização Das Congregações Brasileiras

Congregação	América Latina	África
Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado	Bolívia, Chile, Equador, Nicarágua, Paraguai, Uruguai	Angola, Moçambique, Quênia
Irmãzinhas da Imaculada Conceição	Argentina, Bolívia, Chile, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Peru	Camarões, Chade Moçambique
Irmãs Capuchinhas	Equador	Moçambique

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (2019); Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (2019); Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (2019).

Ao que indica o Quadro 2, a geografia da internacionalização das congregações brasileiras mostra que elas elegeram a América Latina e a África como principal campo de “missão *ad gentes*” (assim chamado na Igreja) e de engajamento social. Provavelmente, reeditam a opção pelos pobres, mas abraçam também os novos apelos da “teologia da inculturação”, um conceito de múltiplas interpretações e usos distintos.

[A] definição do que seja a teologia da inculturação [...] traz uma ampla margem para a manipulação teórica, pois constrói o seu argumento sobre conceitos e noções cujas interpretações e usos são distintos. O que, em nosso entender, permite que setores eclesiais de orientações doutrinárias tão diversas

façam uso do mesmo instrumental, sem que tenham de sacrificar os seus modelos de Igreja e ação pastoral. (Rufino, 2010, p. 271)

No caso das congregações femininas brasileiras, as práticas de inculturação parecem significar um compromisso com a libertação dos povos na mesma acepção de Medellín, conforme atestam os sites consultados.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Os apontamentos deste ensaio estão inscritos na compreensão de que é relevante explorar os bastidores dos processos de renovação da vida religiosa feminina no Brasil, os quais estão imbricados com opções sociopolíticas importantes para se pensar, de um lado, a apropriação da liberdade consentida pela Igreja e reproduzida pelas congregações; de outro lado, a emancipação da mulher religiosa que se apropriou das diretrizes conciliares extrapolando o suposto consentimento de sua liberdade de ser/estar/agir na Igreja e na sociedade.

Sabemos que outra forma de emancipação feminina ocorrida foi a evasão de freiras, por sinal muito forte nas décadas de 1960-1970, que pode ser interpretada nos termos de Michel de Certeau (2010, pp. 23-35): migração da adesão a um tipo de instituição por causa de uma exigência da consciência, da justiça ou da verdade. Trata-se então de uma “revolução do crível”, responsável pelo deslocamento da adesão congregacional. Todavia, essa evasão serviu para as congregações repensarem sua organização institucional, as relações sociais nesses espaços e as opções missionárias, ou seja, a vida religiosa feminina sobreviveu a esse impacto, sendo que as três congregações em foco reagiram revisando suas práticas e conferindo maior autonomia a suas congregadas no período observado.

Em meio a esses processos e na esteira de Medellín, as congregações femininas brasileiras adotaram práticas missionárias e engajamentos sociais que se voltaram para as categorias minoritárias: povo sem-terra e sem-teto, camponeses, operários, crianças de rua, negros, mulheres, latino-americanos e africanos revendo também a metodologia de trabalho, em especial, com os povos originários, a qual passou a ser vinculada ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972, no bojo das preocupações da Igreja do Brasil com a luta na Amazônia contra o latifúndio e a marginalização social a que estava submetida sobretudo a população indígena (Beozzo *et al.*, 2009, p. 364); luta que parece não ter fim com os novos problemas político-amazônicos do Brasil atual, entre os quais destacam-se as propostas do

governo de promover a mineração e expansão do agronegócio em terras indígenas, além da paralisação das demarcações de territórios.

Sem sombra de dúvida, essa luta conta muito com o “sacerdócio” das religiosas, ainda invisível para a Igreja oficial. Apesar de todas as conquistas desde o Concílio e dos esforços de materialização da opção pelos pobres por meio da inserção em meios populares em toda a América Latina e em outras regiões como a África, ocorre o que já é sabido em todo o mundo: oficialmente, as religiosas permanecem no mesmo “não lugar” apontado por Certeau (2009, pp. 93-94) das pessoas comuns em relação à hierarquia de poder nas sociedades. Trata-se de uma condição de não poder na estrutura católica, pois as religiosas continuam a não protagonizar a produção teológica e nem manipular o sagrado oficial (Perrot, 2008, pp. 83-107; Fernandes, 2005, pp. 425-436), embora protagonizem a diaconia, a pregação e a solidariedade no cotidiano pastoral e missionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. (2019). Disponível em: <http://www.irmasmissionariascapuchinhas.org.br>. Acesso em: 12/11/2019.
- Beozzo, J. O. (1998). Medellín: inspiração e raízes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, (232), 1-21.
- Beozzo, J. O.; Silva, G. F. da; Santo, M. F. do E.; Costa, M. R. R. (2009). *Tecendo memórias, gestando futuro: história das irmãs negras e indígenas missionárias de Jesus Crucificado (MJC)*. Paulinas.
- Bourdieu, P. (2017). *A distinção: crítica social do julgamento*. Zouk.
- Castilho, U. M. (2004). *Uma história de amor (feita de luzes e sombras): 1904-2004*. Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas.
- Certeau, M. de. (2010). *A cultura no plural*. Papirus.
- Certeau, M. de. (2009). *A invenção do cotidiano*. Vozes.
- Congregação das Irmãs de Jesus Crucificado. (2020). Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Congregação-das-Irmãs-de-Jesus-Crucificado-Missionarias-Franciscanas-324196667760368/>. Acesso em: 06/04/2020.
- Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. (2019). *Onde estamos*. Disponível em: <http://www.mjc.org.br/site-ptbr/onde-estamos>. Acesso em: 12/11/2019.
- Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. (1990). *Coletânea histórica da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição*. Casa Geral.
- Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. (2019). *Onde estamos*. Disponível em: <http://www.ciic.org.br/onde-estamos>. Acesso em: 12/11/2019.
- Custódio, M. A. C. (2014). *A invenção do cotidiano feminino: formação e trajetória de uma congregação católica (1880-1903)*. Annablume/Fapesp.

- Custódio, M. A. C. (2017). O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais. *Pro-posições*, Campinas, 28 (3), 69-203. DOI: 10.1590/p-p.2017.v 28.i3.
- Custódio, M. A. C. (2018). Fundação da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas: entre as tensões e as contradições da missão indígena no Maranhão. Em Santirocchi, I. D.; Ferreira, M. M. G.; Neris, W. S. (Org.). *Religiões e religiosidades no Brasil: história, historiografia e ensino* (pp. 200-225). Editora UEMA.
- Fernandes, S. R. A. (2005). A não-ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (2): 256, 425-436. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000200016
- Focus/Fe-Unicamp. (2019). *Banco de dados*. Disponível em: <http://www.focus.fe.unicamp.br>. Acesso em: 07/08/2019.
- Goffman, E. (2017). *Manicômios, prisões e conventos*. Perspectiva.
- Histórico das comunidades da Província Imaculada Conceição (1957-1987). São Paulo: Arquivo Histórico da Província Imaculada Conceição.
- Perrot, M. (2008). A alma. In: *Minha história das mulheres* (pp. 83-107). Contexto.
- Rufino, M. P. (2006). O código da cultura: o CIMI no debate da inculturação. Em Montero, P. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural* (pp. 235-275). Globo.